ESTADO ■ TRABALHADORES AFECTADOS NÃO PODEM RECEBER MENOS DE 1500 EUROS

160 mil pagam taxa de 16%

■ O Governo começa hoje a aplicar o corte salarial aos funcionários públicos. Metade dos abrangidos

● ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

Cerca de 320 mil funcionários públicos começam hoje a sofrer cortes nos salários, por força da aplicação de taxas de 3,5% nos ordenados entre 1500 euros e 4165 euros e de 10% nos vencimentos superiores a este último valor. A maior incidência numérica destes cortes ocorre nas remunerações entre dois mil euros e 4165 euros, dado que o excedente dos dois mil euros é sujeito a uma taxa de 16%. Ao todo, quase 160 mil funcionários públicos, praticamente metade do total das pessoas abrangidas pela diminuição nos vencimentos, são penalizados pela aplicação dessa taxa.

Um documento do Instituto de Informática do Ministério das Finanças, intitulado 'Redução de Vencimentos OE 2011', precisa o princípio geral para calcular os cortes salariais: se o somatório das remunerações ilíquidas oscilar entre 1500 e dois mil euros, é aplicada uma taxa de redução de 3,5%, com a salvaguarda de que ninguém pode receber menos de 1500 euros por mês. Por exemplo, um funcionário com um vencimento ilíquido de 1518 euros não tem um corte salarial de 53 euros, como seria se fosse aplicada a taxa de 3,5%, mas uma redução de 18 euros.

Universo total de abrangidos ascende a 320 mil

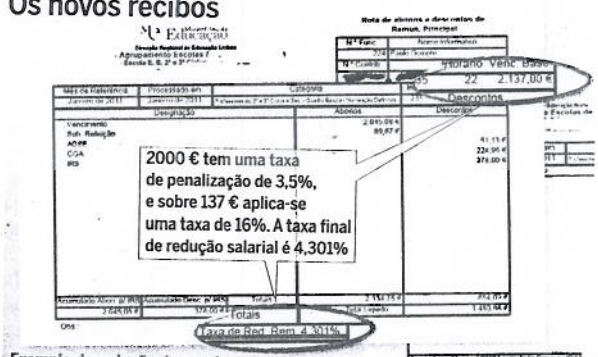
Os sindicatos da Função Pública estimam que o universo de trabalhadores mais afectado pelos cortes salariais esteja concentrado entre o intervalo salarial de 1500 e 2500 euros. E justificam esta percepção com a aplicação de duas taxas aos ordenados compreendidos entre dois mil e 4165 euros. E estas taxas são aplicadas desta forma: ao vencimento de dois mil euros aplica-se 3,5% e sobre o excedente dessa remuneração incide 16% (**ver tabela**).

Com a diminuição dos salários dos funcionários públicos e dos trabalhadores das empresas do Estado, o Ministério das Finanças prevê obter uma poupança de cerca de mil milhões de euros. Deste total, quase 800 milhões de euros dizem respeito à Função Pública.

Ontem, o **CM** tentou saber junto do Ministério das Finanças se a medida estava a ser aplicada com normalidade, mas, até ao fecho desta edição, não obteve resposta. ■

Taxas nos salários

Os novos recibos



Exemplo da redução de vencimentos

1200 € **Sem cortes salariais**

1700 € **Corte salarial: 3,5% de 1700 € = 59,50 €**

2500 € **Corte salarial: 3,5% de 2000 € = 70,00 € + 16% de 500 € = 80,00 € = 150,00 €**

4200 € **Corte salarial: 10% de 4200 € = 420,00 €**

Fonte Direcção-Geral do Orçamento e recibos de professores

FINANÇAS PAGAM HOJE ORDENADOS

● Hoje, segundo a Direcção-Geral do Orçamento, pagam os salários, entre outros, a Presidência do Conselho e Ministros, as Finanças, a Defesa e o Trabalho

SALÁRIOS DA JUSTIÇA AMANHÃ

● Os ministérios da Justiça, da Administração Interna, do Ambiente e da Saúde pagam amanhã as remunerações mensais aos seus funcionários.

EDUCAÇÃO PAGA ESTA SEMANA

● Os ministérios da Educação, da Cultura e da Agricultura têm o pagamento dos salários agendado para 23, domingo. Por isso, verbas podem chegar à conta amanhã.

Pagamentos podem ter atrasos

Os sindicatos da Administração Pública receiam que, devido a dificuldades no sistema informático, vários serviços do Estado tenham de atrasar vários dias o pagamento dos salários.

José Abraão, dirigente do SINTAP – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública, disse ontem ao **CM** que "há serviços que vão pagar os salários com atraso". Segundo este dirigente sindical, "as remunerações serão pagas nos dias 24, 25 e 26 de Janeiro".

A situação será esclarecida nos próximos dias. ■